

Maria João Fonseca  
ORCID: 0000-0001-5788-9507

**Título: Arquitetura Paisagista: do lugar do documento de arquivo à construção de uma história**

**Resumo:**

Existe uma lacuna na história da arquitetura paisagista em Portugal que é necessário recuperar, não só pelo legado histórico e cultural da história disciplinar, mas também para pensar epistemologicamente a própria disciplina com respeito às preocupações ambientais na agenda política. A questão que se coloca é de como lhe conferir visibilidade, hoje, problematizando essa hipótese a partir do acesso aos documentos de arquivo. Cartografando os documentos de arquitetura paisagista no contexto Português e o estado em que os mesmos se encontram em termos de salvaguarda e de acesso, problematiza-se a importância destes arquivos e do tratamento arquivístico destes documentos para a construção de uma narrativa histórica, ou de como o seu não tratamento poderá contribuir para apagamento disciplina que faz agora oito décadas.

**Palavras-chave:** História da arquitetura paisagista, documento de arquivo, arquivo

**Title: Landscape architecture: from the archive to the construction of a narrative**

**Abstract:**

There is a gap in the history of landscape architecture in Portugal. It needs to be recovered for historical and cultural reasons and to the disciplines' epistemology concerning environmental issues on the political agenda. The point is how to give it visibility today, questioning this hypothesis by providing access to archival documents. Mapping landscape architecture documents in the Portuguese context and its safeguard and access conditions; this paper problematises the importance of these archives and records for constructing a historical narrative. Or how its non-treatment may contribute to the erasure of a discipline with eight decades.

**Keywords:** History of landscape architecture, record, archive

## I. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar a sentida lacuna de uma história da arquitetura paisagista em Portugal e problematizar aspetos que a fundamentam. A questão que se coloca é de como lhe conferir maior visibilidade, hoje, problematizando a partir dos arquivos existentes. Por outro lado, focar na questão de como essa ausência se pode relacionar com as (não) práticas arquivísticas; assim como expor a situação dos arquivos com documentos arquitetura paisagista e de como um merecido tratamento arquivístico contribuiria para suprir vazios, não deixando a arquitetura paisagista mergulhar num dogmatismo de "valores eternos" ou numa apologia do "intemporal" situação em que se transforma uma prática sem teoria <sup>1</sup>. O interesse e importância desta proposta assenta nas oito décadas de existência de uma área disciplinar sustentada por princípios ecológicos, hoje reclamados sem a consciência do que foi feito e discutido, mas também mediante o crescente interesse dos arquivos relacionados com arquitetura e a constante ausência do domínio da arquitetura paisagista.

O artigo divide-se em sete partes: nas partes dois e três apresentarei um conjunto de hipóteses que sustentam a necessidade de construção de uma história da arquitetura paisagista, para de seguida cartografar o panorama atual dos arquivos com documentos de arquitetura paisagista, em Portugal. Nas partes quatro e cinco debate-se sobre os contributos inscritos nestes arquivos, a sua singularidade, mas também a necessidade de serem tratados de forma contextual. O objetivo é questionar como conferir maior visibilidade a estes arquivos, por forma a recuperar a história. Antes das considerações finais, particularizo sobre o caso do arquivo Gonçalo Ribeiro Telles, problematizando também o que é um arquivo de um arquiteto paisagista ou um fragmento de arquivo (coleção) relacionado com uma área profissional.

Por fim, e com base neste percurso, apontarei possibilidades para a construção de uma história futura, construída a partir do acesso e tratamento destes arquivos, o que Eric Ketelaar <sup>2</sup> conceptualiza como genealogia epistemológica.

Em síntese, interessa introduzir na discussão atores e agentes menos reconhecidos e destacar o papel que os arquivos e as políticas de tratamento arquivístico desempenham na construção da história. Espera-se contribuir, não só para realçar a necessária discussão

---

<sup>1</sup> De Michel de Certeau, *The Writing of History* (New York: Columbia University Press, 1992) [1975], p.57.

<sup>2</sup> 'Tacit Narratives: The Meanings of Archives', *Archival Science*, 1.2 (2001), 131–41, p. 138, (<https://doi.org/10.1007/BF02435644>).

sobre a história disciplinar da arquitetura paisagista, mas mais importante, convocá-la sobre o ponto de vista da documentação existente em arquivos. Invocar a informação aí existente, a qual tem sido pouco valorizada e praticamente invisível na literatura sobre este assunto. Reativando arquivos pretende-se também contestar a memória institucional e dar contributos à historiografia dominante.

## II. ARQUITETURA PAISAGISTA, A NECESSIDADE DE UMA HISTÓRIA

Portugal é um dos países com uma das mais longas histórias de ensino e prática em arquitetura paisagista, no contexto europeu<sup>3</sup>. Francisco Caldeira Cabral, depois de concluir os seus estudos na Faculdade de Agronomia da Universidade de Berlim, em 1939, iniciou a atividade enquanto docente do Instituto Superior de Agronomia, em 1941, com a criação do “Curso Livre de Arquitetura Paisagista”<sup>4</sup>.

Apesar das oito décadas de existência da disciplina em Portugal, facto é que a história disciplinar continua ainda por escrever e a sua existência incluída numa revisão da historiografia dominante no campo da arquitetura, condições determinantes na consolidação da própria prática disciplinar, lembrando De Certeau <sup>5</sup> quando afirma que uma prática sem teoria rapidamente se transforma num dogmatismo de "valores eternos" ou numa apologia do "intemporal".

Averiguando sobre fatores que poderão ter contribuído para a ausência de uma narrativa sobre o domínio disciplinar, passo a elencar uma série de possíveis razões em que se pode fundar esse vazio histórico ou a parcimónia nas narrativas dominantes:

- um longo e **lento sistema legislativo de reconhecimento da profissão** e das suas competências. Vejamos que apenas em 1995 (Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de novembro) é que se atribuem, legalmente, as primeiras competências próprias ao arquiteto paisagista.

---

<sup>3</sup> “Os países onde o ensino da arquitectura paisagista se encontra oficialmente organizado são os Estados Unidos da América do Norte, o Japão, a Inglaterra, a Alemanha e a Bélgica.” Francisco Caldeira Cabral Apud Teresa Andersen, ‘A Formação de Arquitecto Paisagista: A Escolha de Berlim’, *Francisco Caldeira Cabral. Ano Do Centenário (26-10-2008 a 26-10-2009)*, (<http://proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia/a-formacao-de-arquitecto-paisagista-a-escolha-de-berlim/>, consultado em 2021.11.23).

<sup>4</sup> Francisco Caldeira Cabral é contratado pelo Instituto Superior de Agronomia, como regente, em outubro de 1940. Nessa altura é autorizado a iniciar um “curso experimental” de Arquitetura Paisagista, de acesso livre, com início no ano letivo 1941-1942. O Curso Livre de Arquitetura Paisagista é homologado por despacho do subsecretário do Estado da Educação a 14 de abril de 1942. O Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista, com sede também no Instituto Superior de Agronomia, e sob a direção do Prof. Caldeira Cabral, é fundado, por Despacho ministerial, em outubro de 1953.

<sup>5</sup> Michel de Certeau, *The Writing of History*, New York, Columbia University Press, 1992 [1975], p. 57.

No entanto estas circunscrevem-se apenas aos projetos de ordenamento do território – nomeadamente enquadrados na elaboração dos planos de urbanização e pormenor, bem como nos projetos de operações de loteamento urbano –, continuando omissos o reconhecimento das competências nas restantes áreas de atuação, as quais permanecem ao abrigo do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro, ou seja, em situação de anomia ou de inexistência. A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, passa a referir que os projetos de arquitetura paisagista sejam executados por arquitetos paisagistas<sup>6</sup>, no entanto, a redação da lei mantém várias incongruências e ambiguidades lexicais, para além de perpetuar a impossibilidade de os arquitetos paisagistas exercerem a direção de obra dos projetos da sua área de formação, cuja responsabilidade só pode ser assumida por arquitetos e engenheiros. Se a lei delimitou funções e ao espaço de jurisdição desta profissão em relação às engenharias, “(e)m relação à arquitetura muitas vezes há uma fronteira difusa com sobreposições”<sup>7</sup>.

Contextualizado o enquadramento jurídico na relação com os documentos de arquivo, acrescentar que este se reflete na constituição de um processo de obra e na informação disponível nos arquivos intermédios, os quais não incluem os projetos de arquitetura paisagista, mesmo quando foram excetuados, dada a sua não obrigatoriedade legal. Isto para enfatizar que, ao contrário do que é possível investigar e recuperar para a história da arquitetura ou engenharia, em que a documentação da entidade produtora pode dialogar com a documentação nos processos de obra, centralizada nos arquivos municipais, no caso dos projetos de arquitetura paisagista estes não existem nestes arquivos por falta do enquadramento legal. Acrescem os casos de falsas atribuições autorais<sup>8</sup>, uma vez que o projeto de arquitetura paisagista (síntese) foi muitas vezes entregue sob a assinatura do coordenador do projeto – arquiteto ou engenheiro –, e inscrito nas peças desenhadas de enquadramento geral do projeto;

- **uma incipiente compreensão da disciplina.** Aqui aponto como possíveis hipóteses o facto de ser uma área que trabalha com sistemas dinâmicos e elementos orgânicos. Neste caso a incompreensão é mais notória por parte dos

---

<sup>6</sup> “Artigo 10º Qualificação dos autores de projecto. Ponto 6 - Os projectos de paisagismo são elaborados por arquitectos paisagistas com inscrição na associação profissional respectiva.”

<sup>7</sup> Odete Parreira Nunes, ‘O Arquitecto Paisagista em Portugal : A construção do grupo Profissional e o seu regime justificativo de acção perante a legislação que o “ regula ”’, Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 64.

<sup>8</sup> Como exemplo o projeto realizado por Gonçalo Ribeiro Telles para a “Casa na Avenida das Descobertas, n.º 1 / Delegação da Embaixada do Brasil” (SIPA: PT GRT-02-0169) encontra-se assinado pelo arquiteto Leonardo Rey Colaço de Castro Freire no processo disponível no Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa (AML: Intermédio: Obra n.º 28941).

decisores políticos, com preponderância para a escala do poder autárquico, mas também impulsionada pelas incongruências legislativas <sup>9</sup> acima elencadas. Em particular, e no caso do poder local, tem sido notória a incompreensão das políticas de proteção de solo e metodologias de ordenamento do território, ou a sua inaplicabilidade quando existente;

- uma **deficitária produção teórica sobre a arquitetura paisagista portuguesa**. Neste ponto importa talvez realçar que consideramos que, apesar de existirem algumas abordagens sistemáticas à disciplina <sup>10</sup>, a alguns dos seus autores <sup>11</sup>, a intervenções de uma época circunscritas a áreas geográficas <sup>12</sup> ou teses que contribuíram para o desenvolvimento de uma história da arquitetura paisagista <sup>13</sup>, facto é que ainda é dada mais atenção à história de arte de jardins (Associação Portuguesa de Jardins Históricos n.d.) (Centro de Ecologia Aplicada s.d.), em termos de sistematização e contextualização histórica da arquitetura paisagista;
- a **ausência de uma Unidade Curricular da História da Arquitetura Paisagista Portuguesa** nos cursos de Arquitetura Paisagista. Atualmente<sup>14</sup> existem 3 cursos de Arquitetura Paisagista em universidades portuguesas – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve.

Numa análise da estrutura curricular destes cursos, confirma-se a existência de disciplinas de História da Arquitetura Paisagista na licenciatura da Universidade do Porto

---

<sup>9</sup> APAP, ‘Parecer à Proposta de Revisão Do Decreto N° 73/73, de 28 de Fevereiro’, 2008, (<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684d5a5763765130394e4c7a6c44543142555133427663314a425569394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c3245304d6d51344d>, consultado em 2021.11.25).

<sup>10</sup> Teresa Andresen, *Do Estádio Nacional Ao Jardim Da Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

<sup>11</sup> Teresa Andresen, *Francisco Caldeira Cabral*, Reigate, LDT (Landscape Design Trust) monographs, 2001; Aurora Carapinha and José de Monterroso Teixeira, *A Utopia e Os Pés Na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2003; Ilídio Alves de Araújo, *Memória & Prospectiva 2: Ilídio Alves de Araújo. Economia, Arquitectura e Gestão Das Paisagens: Um Longo Olhar (1949-2009)*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, 2009.

<sup>12</sup> Teresa Bettencourt, *Espaço Público de Lisboa. Plano, Projeto e Obra Da Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas (1950 -1970)*, Lisboa, Câmara Municipal da Lisboa, 2021.

<sup>13</sup> Mariana Abranches Pinto, ‘O Legado Escrito de Francisco Caldeira: Construção Do Pensamento Teórico Em Arquitetura Paisagista’, Universidade do Porto, 2014; Francisco Maria Marques De Aguiar Salvação Barreto, ‘Contributo Para a História Da Arquitectura Paisagista Em Portugal: Arquitecto Paisagista António Facco Vianna Barreto’, Universidade Técnica de Lisboa, 2011, (<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4146>).

<sup>14</sup> Consideram-se os cursos que abriram no ano letivo 2021/22, excluindo-se por isso a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Universidade de Évora.

e no ciclo de mestrado do curso da Universidade do Algarve. Na Universidade de Lisboa existe a unidade curricular de História e Teoria da Arte dos Jardins.

Começo por analisar as fichas destas unidades curriculares, as disciplinas que são lecionadas no 3º ano da licenciatura da Universidade do Porto e no ciclo de Mestrado na Universidade do Algarve. No primeiro caso, “História da Arquitetura Paisagista”<sup>15</sup>, apesar de não incluir o arco temporal que circunscreve, termina com o que se assume ser o início da profissão no país, a “implantação da Arquitetura Paisagista como profissão e arte social”. No segundo caso a “História e Teoria da Arquitetura Paisagista”<sup>16</sup> encerra o período de estudo com “Jeronymo Monteiro da Costa, Jacintho de Mattos, Francisco Caldeira Cabral e a criação do curso arquitetura paisagista (1941)”. Em ambos os casos, o período estudado termina com o início da história da arquitetura paisagista em Portugal, testemunhando a ausência do processo historiográfico associado a esta disciplina;

- por fim, contextualizar a **discrepância com que se estudam e gerem arquivos** das figuras com as mais altas distinções nas áreas disciplinares da arquitetura, nomeadamente os Plitzker Álvaro Siza e Souto Moura, que têm sido foco de elevada consideração no debate sobre arquivos<sup>17</sup>, em comparação com o Sir Geoffrey Jellicoe Award Gonçalo Ribeiro Telles.

De reforçar que abordo aqui o contexto português porque é este o âmbito de estudo deste artigo, não deixando de ser importante contextualizar que, como refere John Hunt<sup>18</sup>, e de forma mais genérica, a arquitetura paisagista aguarda ainda um “interesse sério ou sustentado pela história e teoria (deste) campo [disciplinar]”<sup>19</sup>. No domínio dos arquivos relacionados com a arquitetura paisagista a preocupação também é hoje, geograficamente mais lata, como comprovam a recente criação da *Network of European*

---

<sup>15</sup> Teresa Dulce Portela Marques, ‘História Da Arquitetura Paisagista’, *Universidade Do Porto*, ([https://sigarra.up.pt/fcup/pt/ucurr\\_geral.ficha\\_uc\\_view?pv\\_ocorrencia\\_id=480638](https://sigarra.up.pt/fcup/pt/ucurr_geral.ficha_uc_view?pv_ocorrencia_id=480638), consultado em 2022.02.02).

<sup>16</sup> Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, ‘História e Teoria Da Arquitetura Paisagista’, *Universidade Do Algarve*, 2021, p. 6,(<[https://academico.ualg.pt/netpa/doc?codeDiscip=15491136&anoLectivo=202122&codInstituic=9&stage=FichaUnidadeCurricular&\\_event=publicacaoFUC&docIsAttachment=false](https://academico.ualg.pt/netpa/doc?codeDiscip=15491136&anoLectivo=202122&codInstituic=9&stage=FichaUnidadeCurricular&_event=publicacaoFUC&docIsAttachment=false), , consultado em 2022.02.02).

<sup>17</sup> Rita Almeida de Carvalho, *Arquive-Se: Uma Viagem Pelos Arquivos Nacionais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, pp. 12, 13; Adria Seccareccia and others, ‘Álvaro Siza Archive – A Shared Archive’, in *International Congress on Architectural Archives "Professional Experiences in a Cultural Diversity"*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 2021, pp. 19–30.

<sup>18</sup> *Apud* Annegreth Dietze-Schirdewahn, ‘The Memory of a Discipline’, *Historical Archive of Norwegian Landscape Architecture*, 2018, (<https://blogg.nmbu.no/ila-samling/2018/10/the-memory-of-a-discipline/>, consultado em 2021.11.24).

<sup>19</sup> Tradução do autor de “serious or sustained interest in the history and theory of (this) field”.

*Landscape Architecture Archives* (NELA), em setembro de 2019 <sup>20</sup> ou a encomenda do Ministério da Educação, Cultura e Ciência da Holanda ao *Het Nieuwe Instituut*, em dezembro de 2020 <sup>21</sup> para a realização de um estudo sobre uma política de salvaguarda de documentos de arquivos relacionados com a arquitetura paisagista. Neste último caso, também pelo reconhecimento do risco concomitante que estes documentos sofrem, de se fragmentarem ou perderem, pela falta de instituições claramente definidas para esta matéria. Em género de súplica, também um nítido reconhecimento da natureza própria destes documentos, e que os distingue dos documentos de arquitetura.

### **III. O CONTEXTO PORTUGUÊS: ARQUIVOS E DOCUMENTOS DE ARQUITETURA PAISAGISTA**

Para cartografar a existência, e situação em que se encontram, os documentos relacionados com a disciplina, nos arquivos portugueses, parto da inventariação que Zélia Pereira <sup>22</sup> faz, no âmbito do seu doutoramento, sobre os arquivos pessoais em Portugal. Com base na lista anexa de “Pessoas singulares e informação relacionada”, verifica-se que todos os arquivos de figuras relacionadas com a arquitetura paisagista estão sob custódia do arquivo do Forte de Sacavém/DGPC. Estes arquivos dos seguintes produtores, contendo uma breve descrição do que os compõe:

1. Araújo, Ilídio Alves de. 1925-2015 (1959 – 1972): Desenhos e fotografias em especial na área da arquitetura paisagista.
2. Barreto, António Luís Facco Viana (1924-2012) (1950 – 2001): Documentação relacionada com P.E.V. Projetos de Espaços Verdes, Lda, incluindo desenhos e fotografias.
3. Cabral, Francisco Caldeira. 1908-1992 (1939 – 1974): Desenhos e outra documentação da atividade de arquiteto paisagista.
4. Câmara, Manuel Pereira de Sousa da. 1929-1992: [sem informação]
5. Castelo Branco, Albano da Cunha Leal Frazão. 1927: [sem informação]

---

<sup>20</sup> Archive of Austrian Landscape Architecture, ‘NELA, Network of European Landscape Architecture Archives’, X—*LArch*, 2019, <https://www.larchiv.at/en/international/>, consultado em 2020.01.13).

<sup>21</sup> Het Nieuwe Instituut, ‘New Study Launched into Collection Policy for Garden and Landscape Architecture Archives’, *Het Nieuwe Instituut*, 2020, (<https://collectie.hetnieuweminstituut.nl/en/collection-news/new-study-launched-collection-policy-garden-and-landscape-architecture-archives>, consultado em 2021.01.15).

<sup>22</sup> Zélia Maria Cruz Pereira, ‘O Universo Dos Arquivos Pessoais Em Portugal: Identificação e Valorização - Parte I’, Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e Documentação, 2018.

6. Telles, Gonçalo Ribeiro. 1922- (1950 – 2004): Desenhos, nomeadamente relacionados com arquitetura paisagista.

Atualizando com os dados que a atual responsável pela instituição, Dr<sup>a</sup> Paula Figueiredo <sup>23</sup>, apresenta nas atas da conferência “International Congress on Architectural Archives - Professional Experiences in a Cultural Diversity”, realizada em Braga, em 2019, e em entrevista recente <sup>24</sup>, acrescem o arquivo da APAP - Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas, entregue em 2016, e contendo documentação entre 1967 e 1980 e o arquivo de Edgar Sampaio Fontes (1922-2000), incorporado em 2021<sup>25</sup>, desconhecendo-se a sua composição. Saliento que, na lista que Paula Figueiredo <sup>26</sup> apresenta no artigo, não há referência ao arquivo do arquiteto paisagista Manuel Pereira de Sousa da Câmara, contrariando a informação constante na tese de Zélia Pereira <sup>27</sup>.

Cruzando as fontes supracitadas com a informação disponibilizada pela própria instituição, em linha <sup>28</sup>, verifica-se a referência apenas a quatro desses conjuntos: António Luís Facco Viana Barreto, Francisco Caldeira Cabral, Gonçalo Ribeiro Telles e Ilídio Alves de Araújo.

A incorporação destes conjuntos documentais ocorreu entre 2004 e 2021, com incidência no período que decorreu até 2007 – Francisco Caldeira Cabral e António Viana Barreto em 2004, Gonçalo Ribeiro Telles e Ilídio Alves de Araújo em 2005, APAP em 2006, Albano Castelo Branco e João Caldeira Cabral em 2007 <sup>29</sup> – e com a assinatura dos

---

<sup>23</sup> ‘Arquivo de Património Arquitectónico Da DGPC. Partilha de Conhecimento’, in *International Congress on Architectural Archives "Professional Experiences in a Cultural Diversity"*, Braga, Arquivo Distrital de Braga, 2021, pp. 129–32 (pp. 131, 132).

<sup>24</sup> Archivoz, “‘Uma Imensidão Documental Que Conta a História Do Património Em Portugal Durante o Séc. 20.’: Entrevista a Ana Paula Figueiredo”, *Archivoz*, 2021, (<https://www.archivozmagazine.org/pt/a-documentacao-detida-pelo-arquivo-distrital-da-guarda-tem-um-valor-inestimavel-e-devera-por-isso-ser-preservada-e-estar-disponivel-para-os-cidadaos-de-hoje-e-do-futuro-entrevista-com/>, consultado em 2021.11.15).

<sup>25</sup> Apesar de Ana Paula Figueiredo referir, na entrevista de outubro, que estão a aguardar a incorporação, a mesma já foi realizada, em data posterior.

<sup>26</sup> Archivoz, “‘Uma Imensidão ...”, cit. pp. 131, 132.

<sup>27</sup> Pereira.

<sup>28</sup> Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, ‘Diretório de Arquivos Pessoais e Espólios’, *Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico*, ([http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA\\_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03 - Directorio.pdf](http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03-Diretorio.pdf), consultado em 2021.12.23).

<sup>29</sup> Figueiredo, pp. 131, 132.



contratos de comodato dos primeiros quatro com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)<sup>30</sup>, a ocorrer a 25 de janeiro de 2006<sup>31</sup>.

A complementar, e dentro da informação que consegui apurar, existe também o arquivo de arquiteto paisagista Júlio Moreira, sob custódia da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste de Gulbenkian, apesar de se encontrar ainda em fase de tratamento e disponibilização<sup>32</sup>.

Traçado o panorama dos arquivos com documentos relacionados com arquitetura paisagista a partir deste percurso pelos arquivos portugueses, contabilizam-se oito arquivos (pessoais ou profissionais) de arquitetos paisagistas e o arquivo institucional da Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas. Destes, destes conjuntos documentais, nenhum deles ainda com um tratamento arquivístico disponível a público.

Num olhar que se tenta neutro, julgo não deixar de ser oportuno referir que o trabalho sobre estes arquivos tem permanecido relativamente ausente, ou abordado apenas de forma generalista, sem a acuidade no tratamento arquivístico que mereceria; componente fundamental a uma visão crítica dos contextos de produção e possibilitando uma inclusão na historiografia.

#### **IV. ARQUIVOS COM DOCUMENTOS DE ARQUITETURA PAISAGISTA: PROBLEMATIZAR A HISTÓRIA A PARTIR DO ACESSO**

O arquivo constitui-se hoje como espaço central de uma discussão política transversal de legitimação do poder, já não o do arquivo como conjunto documental probatório dos órgãos de poder do Antigo Regime, mas um poder que ainda é ditado pela forma como o arquivo é visto e interpretado, tratado e contextualizado.

No domínio da arquitetura, a incorporação de arquivos em instituições arquivísticas tem sido uma prática comum ao longo do século XX, e a um ritmo acelerado no contexto português, nas últimas décadas. A par da intensificação da incorporação e

---

<sup>30</sup> Com a extinção da DGEMN (decreto-lei 223/2007, de 30 de maio), o arquivo passa a ficar à guarda do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Em 2015 (decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho) o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) é transferido do IHRU para a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC).

<sup>31</sup> Maria João Pinto, 'Pioneiros do paisagismo nos monumentos nacionais', Diário de Notícias, 2006, (<https://www.dn.pt/arquivo/2006/pioneiros-do-paisagismo-nos-monumentos-nacionais-634804.html>, consultado em 2021.11.15).

<sup>32</sup> Fundação Calouste Gulbenkian, 'COLEÇÃO JÚLIO MOREIRA / JÚLIO MOREIRA', (<https://www.biblartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1638631N527VX.4808931&profile=ba&source=~!fcgbga&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!285084~!0&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=arquivo+júlio+moreira&index=>, consultado em 2021.12.03).

trabalho sobre arquivos com documentos de arquitetura, também é notória a singularidade que caracterizam estes conjuntos documentais, espelhada pelas várias tentativas de normalização de descrição arquivística destes documentos e que se inicia na década de 80<sup>33</sup> <sup>34</sup> num trabalho específico que tem sido desenvolvido desde então, por equipas especializadas. O contributo mais recente – “*A Guide to the Archival Care of Architectural Records, 19th-20th Centuries*” –, publicado em 2000, pelo *Committee on Architectural Records* do *International Council on Archives* (ICA), alarga o espectro de atuação que deixa se ser apenas um conjunto de recomendações de descrição arquivística dos documentos, mas inclui também as dimensões de acesso, disseminação e conservação.

Mapeada a situação dos arquivos com documentos de arquitetura paisagista, verificamos que a documentação, elemento essencial para a construção da história de uma área disciplinar e seus autores, apesar de integrada nesta vaga de incorporações, está numa categoria silenciada do ponto de vista do tratamento arquivístico. Ou, como refere Odete Parreira Nunes <sup>35</sup> em relação a uma prática profissional do arquiteto paisagista em relação à arquitetura e à engenharia, em condição de subalternidade.

Se arquivar é uma atividade que reflete leituras do passado e presente, produz também informação, conferindo-lhe o desígnio de memória futura <sup>36</sup>. Vemos hoje temas e preocupações na ordem do dia que remetem para a própria epistemologia da arquitetura paisagista, como as estratégias ao confronto com as alterações climáticas ou as necessárias mudanças de hábitos e formas de pensar o território e recursos até às práticas de construção ou de desenho urbano. Neste aspeto a importância uma história, passada e presente da arquitetura paisagista, não só como alicerce para o presente emergente como para soluções futuras que poderiam ser adotadas do conhecimento e prática já existente no campo disciplinar, mas também como salvaguarda de uma continuidade na história. A

---

<sup>33</sup> Em 1983 com a criação do *Architectural Drawings Advisory Group* (ADAG), e em 1986 com a *Foundation for Documents in Architecture* (FDA), que em colaboração com a ADAG, publica o “*Guide to the Description of Architectural Drawings*” o qual define os princípios e orientações para documentar desenhos de arquitetura. Em 2000, o *Committee on Architectural Records* (mais tarde conhecido por “*Provisory Group on Architectural Records*”) criado no *The International Council on Archives* (ICA).

<sup>34</sup> Ann Armstrong, ‘Architectural Archives/Archiving Architecture: The Digital ERA’, *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America*, 25.2 (2006), 12–17 (p. 12).

<sup>35</sup> (2011)

<sup>36</sup> Eric Ketelaar, ‘Archival Turns and Returns. Studies of the Archive’, in *Research in the Archival Multiverse*, ed. by Anne J. Gilliland, Sue McKemmish, and Andrew J. Lau, Victoria, Monash University Publishing, 2017, pp. 228–68; Terry Cook, ‘Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno’, *Revista Estudos Históricos*, 11.21 (1998), 129–50, (<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>).

estes argumentos pode-se acrescentar que um fundamentado conhecimento destes arquivos contribuiria, de forma sustentada para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Pelo pioneirismo destes atores na implementação de políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável, responsáveis pela origem do atual enquadramento jurídico ambiental, destaca-se o contributo, do ponto de vista ambiental e de preservação dos ecossistemas [ODS 15] e a humanização das cidades [ODS 11], ou ideias e projetos (executadas ou ainda por implementar), fundamentais no combate às mudanças climáticas [ODS 13].

De forma mais abrangente e do ponto de vista cultural e acesso democrático, o tratamento arquivístico contribuiria para a preservação e divulgação de documentos históricos em domínio público, promovendo igualdade de acesso à informação e garantindo o acesso público à informação [ODS 9.c, ODS 11.4 e ODS 16.10].

Como contraponto, constata-se de como o não acesso a estes documentos de arquivos e informação contribui para o apagamento da sua relevância na história.

## **V. A HISTÓRIA A PARTIR DO ARQUIVO E DO DOCUMENTO**

Alfred Willis <sup>37</sup>, no seu texto sobre qual a documentação que constitui um arquivo de arquitetura, remete-nos para um estudo, realizado em 1991 por Eugene E. Matysek, Jr., que comprova que o principal público interessado nos arquivos com documentos de arquitetura são os historiadores da teoria da arquitetura, e não tanto os próprios arquitetos, apesar destes também recorrerem a estes documentos em situações pontuais. Como refere:

Assim, a partir de evidências estatísticas, bem como de depoimentos de especialistas, a pesquisa em história da arquitetura depende muito da disponibilidade de arquivos relevantes, e que (inversamente) a inacessibilidade de tais arquivos – seja por destruição inadvertida, eliminação intencional, dispersão ou seleção imprópria – representa um obstáculo considerável para a construção histórico-arquitetónico.<sup>38 39</sup>

---

<sup>37</sup> ‘The Place of Archives in the Universe of Architectural Documentation’, *American Archivist*, 59.2 (1996), 192–98 (p. 195), (<https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.154510w443504578>).

<sup>38</sup> Tradução do autor de “It thus appears from statistical evidence as well as from expert testimonials that research in architectural history depends heavily on the availability of relevant archives, and that (conversely) the inaccessibility of such archives—whether because of inadvertent destruction, intentional discard, dispersal, or improper triage—poses a considerable obstacle to the architectural-historical enterprise.”

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 196.

Se é evidente a correlação da acessibilidade destes documentos de arquivos com a própria construção da história da arquitetura, a situação com a congénere arquitetura paisagista, não existindo estudos próprios, é certamente semelhante.

Rebatendo o acesso aos documentos, não deixa de me parecer relevante focar na forma de como o tratamento arquivístico destes elementos deve hoje, ser executado, constituindo-se também como uma visão crítica do que constituem estes arquivos, locais de produção de conhecimento em detrimento de locais de recuperação desse conhecimento, num descentramento do lugar da construção da história para o seu contexto<sup>40</sup>. Para a construção das múltiplas narrativas possíveis, importa não condicionar um documento de arquitetura paisagista a uma visão isolada, mas disponibilizar o acesso à informação associada e a um conjunto de relações (privadas ou institucionais) que lhe são implícitas e que definem o seu contexto de produção. Lembremos que mesmo como contributo para o estudo de um projeto, este tem sempre vários atores/produtores/intervenientes<sup>41</sup> sendo o arquiteto paisagista, no caso de projeto (e não tanto modelo do ordenamento), o "elo formativo entre as necessidades do cliente (design) e a tecnologia do construtor ou fabricante (construção)"<sup>42, 43</sup>.

## VI. O CASO DO ARQUIVO GONÇALO RIBEIRO TELLES

A título de exemplo, vejamos o arquivo Gonçalo Ribeiro Telles e a realidade documental que o constitui.

Em março de 2005, por vontade prpria, Gonçalo Ribeiro Telles entregou, em regime de comodato<sup>44</sup>, documentos do seu arquivo  Direcção-Geral dos Edifcios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Esse *corpus* documental, depositado no Arquivo do Forte de Sacavm/ Direcção-Geral do Patrimnio Cultural (DGPC), é hoje designado de "Gonçalo Ribeiro Telles: Arquivo", de acordo com a informação na secção do "diretório de arquivos pessoais e espólios"<sup>45</sup>. Numa análise destes documentos, verifica-se que 

---

<sup>40</sup> Ann Laura Stoler, 'Colonial Archives and the Arts of Governance', *Archival Science*, 2.1–2 (2002), 87–109 (p. 90), (<https://doi.org/10.1007/BF02435632>).

<sup>41</sup> Terry Cook, 'Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records', *American Archivist*, 59.2 (1996), 136–43 (p. 138), (<https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.9016827w6t4271wl>).

<sup>42</sup> Traduco do autor de "designer serves as the formative link between the needs of the client (design) and the technology of the builder or manufacturer (construction)".

<sup>43</sup> Shoskes, 1989 Apud Waverly Lowell, 'Architectural Records', ed. by Luciana Duranti and Patricia C. Franks, *Encyclopedia of Archival Science*, Lanham, Boulder, Nova Iorque, Londres, Rowman & Littlefield, 2015, p. 29.

<sup>44</sup> Contrato de comodato assinado a 25 de janeiro de 2006.

<sup>45</sup> Sistema de Informação para o Patrimnio Arquitetnico.

composto por 2.793 desenhos<sup>46</sup>, produzidos entre 1946-2005, contendo projetos da autoria ou coautoria de Gonçalo Ribeiro (2.733 desenhos, organizados em 545 documentos compostos) e de outros autores (60 desenhos, em 20 documentos compostos), quase todos devidamente identificados. O sistema de organização que foi utilizado pela instituição segue a lógica temática do produtor, introduzindo uma organização cronológica dos documentos compostos, sempre que possível aferir datas. Se contextualizarmos este conjunto documental, verifica-se que são documentos são predominantemente de caráter profissional e todos eles incidentes na sua atividade enquanto arquiteto paisagista<sup>47</sup>. Integrado na secção de “arquivos pessoais e espólios” e partindo do conhecimento do contexto, surge a questão de *o que despoletou a seleção desta tipologia documental específica; que documentação nos chega e que razões ditaram a sua seleção, e não outra?* A inclusão de uma história custodial poderá auxiliar o investigador interessado, a não se circunscrever às fontes primárias sem as questionar, ou simplesmente assumindo que elas são apenas o que resta de um processo mais lato e integral. O conjunto documental constitui-se predominantemente por desenhos, facto que se pode justificar pela natureza visual do arquiteto paisagista e da profissão<sup>48</sup>, apesar de factualmente serem apenas uma parte dos elementos que compõem um projeto, e podem ter sido estes os selecionados por integrarem um arquivo com que se orienta para a agregação de documentos de arquitetura. Aqui importa fazer um breve parntesis para enquadrar o que é um projeto de arquitetura. De forma genérica, o projeto é a unidade documental intelectual sob o qual se agregam todas as fases do projeto, constituídos por formatos distintos – fotografias, documentos textuais, desenhos e objetos<sup>49</sup>. O número e designação das fases do projeto pode variar consoante o contexto, as necessidades de representação e/ou a forma como evoluíram os processos de representação e produção. Tradicionalmente, os documentos de projetos capturaram necessidades e ideias em desenhos bidimensionais, aos quais se associam documentos em formato textual, que podem ser representados tridimensionalmente em objetos – maquetes – e que transmitem as instruções para a criação final. Importa tmbm lembrar de que um projeto tem

---

<sup>46</sup> O conjunto documental inclui tmbm 13 documentos textuais e 38 fotografias, mas que não foram analisadas.

<sup>47</sup> De qualquer forma, importa salientar que a produção de Gonçalo Ribeiro Telles, no âmbito da prática profissional da arquitetura paisagista, é muito maior do que a aqui apresentada, segundo Gonçalo Ribeiro Santos, Raquel; Telles, ‘Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles’, Portugal, RTP Internacional, 2003, (<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-goncalo-ribeiro-telles>); Carapinha and Teixeira..

<sup>48</sup> Lowell, p. 20.

<sup>49</sup> Ibid. , p. 19.

sempre vários atores, produtores e intervenientes sendo fundamental a possibilidade de reconstruir esta cartografia de relações.

Na sequência do seu falecimento, a 11 de novembro de 2020, recolhi em sua casa, um conjunto documental que vai ser incorporado como adição de elementos ao conjunto acima referido. Apesar de ainda em fase de tratamento, a criação de um roteiro sobre estes elementos permitiu-me enquadrar vários contextos de produção e acumulação de Gonçalo Ribeiro Telles, ao longo da sua vida, sendo este o reflexo de um arquivo pessoal de um produtor que teve uma vida com interesses e intervenções de um espectro muito alargado, como se pode constatar em qualquer biografia do autor.

Desta disparidade entre o que foi a produção e acumulação de Gonçalo Ribeiro Telles e o que se apresenta hoje ao público como designado “Gonçalo Ribeiro Telles: Arquivo” parece-me importante também refletir sobre a responsabilidade que se tem na definição dos limites (da história) quando se assumem denominações generalistas ou quando se escolhe incorporar, arquivar ou tratar, sabendo que são formas de privilegiar ou marginalizar narrativas e que contribuem para os processos de validação e de resignificação da história <sup>50</sup>. No fundo, são gestos fundamentais para o processo do que se quer recordar ou esquecer (*Remembering and Forgetting*) <sup>51</sup>, do que fica como contributo para a construção da memória coletiva e se escolhe manter através da "pluralização" do documento.

## VII. CONSIDERAÇÕES PARA O POSSÍVEL FUTURO

De Certeau <sup>52</sup>, no seu trabalho de reposicionamento da história e do historiador remete-nos já para a importante condição de questionamento do lugar (presente) perante o passado (seu outro). A importância em trazer para o presente a alteridade que existia na sua fundação, sendo esse *outro* uma expressão com sentido polissémico, mas que se pode sintetizar no que se marginalizou, desconheceu ou ocultou e ao qual é necessário dar um sentido. É também esta a resignificação da historiografia dominante que implica o reconhecimento do papel dos arquivos com documentos de arquitetura paisagista, a sua situação atual no contexto português e a importância de um olhar atento e tratamento concertado. Por outro lado, a importância do tratamento arquivístico partir do

---

<sup>50</sup> Terry Cook and Joan M. Schwartz, ‘Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory’, *Archival Science*, 2 (2002), 1–19 (p. 13).

<sup>51</sup> Ketelaar, ‘Tacit Narratives: The Meanings of Archives’, p. 136.

<sup>52</sup> Michel de Certeau, *The Writing of History*, New York, Columbia University Press, 1992 [1975].

reconhecimento dos contextos de produção permitindo ler e desvendar não apenas relações inscritas como fazer interpretações entre o que se vê (o que existe) e o que é velado <sup>53</sup>.

A divulgação e disseminação deste património, cultural e disciplinar, permitiria a construção de uma narrativa histórica disciplinar, mas também micronarrativas ou reconstruções de uma teoria hegemónica. Conferir visibilidade a estes documentos, contextualizando os seus contextos de produção, contribuiria não só para a salvaguarda do passado mas, como Derrida <sup>54</sup> refere, para a antecipação do futuro, facilitando a quebra de certas estruturas de dominação histórica.

Abrindo possibilidades interpretativas para o futuro importa referir que a disponibilização pública, e de preferência em linha, contribuiria para dois, dos três grandes objetivos das Prioridades Legislativas da UE para 2021 <sup>55</sup><sup>56</sup>: a definição da Década Digital da Europa e a implementação do Acordo Verde Europeu.

Pensando na interação mútua entre os documentos de arquivo e o mundo social, sendo o arquivo também ele um elemento constituinte de mudança social (*Social turn*) Ketelaar <sup>57</sup>, importa realçar como estes documentos e a história construída a partir deles, contribuiria para uma alfabetização para a paisagem, “uma prática cultural que envolve tanto compreender o mundo como transformá-lo” <sup>58</sup>, contribuiria para uma democracia ecológica <sup>59</sup> para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa e o cumprimento da Convenção Europeia da Paisagem <sup>60</sup>.

---

<sup>53</sup> Stoler, p. 87.

<sup>54</sup> Apud Ketelaar, ‘Tacit Narratives: The Meanings of Archives’, p. 138.

<sup>55</sup> David Sassoli, Janez Janša, and Ursula von der Leyen, ‘EU Legislative Priorities for 2022. Joint Declaration of the European Parliament, the Council of the European Union and the European Commission’, *European Commission*, 2021 <[https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/joint\\_declaration\\_2022.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/joint_declaration_2022.pdf)> [accessed 6 January 2022].

<sup>56</sup> Prioridades Legislativas da UE para 2021 ‘Joint Declaration of the European Parliament, the Council of the European Union and the European Commission for EU Legislative Priorities for 2021 (2020/C 451 I/01)’, ed. by Official Journal of the European Union, *Official Journal of the European Union*, 2020 <[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32020C1229\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32020C1229(01))> [accessed 19 December 2020]. reiteradas para 2022 a 16 de dezembro de 2021, para 2022.

<sup>57</sup> ‘Archival Turns and Returns. Studies of the Archive’, p. 251.

<sup>58</sup> Anne Whinston Spirn, ‘Landscape Literacy and Design for Ecological Democracy: The Nature of Mill Creek’, in *Grounding Urban Natures*, ed. by Henrik Ernstson and Sverker Sörlin (MIT Press, 2019).

<sup>59</sup> Roy Morrison, *Ecological Democracy* (Boston: South End Press, 1995).

<sup>60</sup> Council of Europe, Council of Europe Landscape Convention, 2000, No. 176, 8 <<https://rm.coe.int/16807b6bc7>>.